

## **Padrão de territorialidade do Estado nacional e autonomização do capital no agronegócio sucroenergético brasileiro: do patrimônio familiar dos Ometto à profissionalização e financeirização da Cosan**

**Cássio Arruda Boechat**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Vitória, Espírito Santo, Brasil.

e-mail: [cassio.boechat@ufes.br](mailto:cassio.boechat@ufes.br)

**Fábio Teixeira Pitta**

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: [pitta.fabio@gmail.com](mailto:pitta.fabio@gmail.com)

**Carlos de Almeida Toledo**

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: [catoledo@usp.br](mailto:catoledo@usp.br)

### **Resumo**

O artigo apresenta um processo histórico de constituição do padrão de territorialidade do Estado nacional no Brasil, derivado da colonização do Antigo Regime, e o relaciona com a trajetória particular da família Ometto, de imigrantes italianos, mobilizada para o trabalho na cafeicultura do estado de São Paulo de fins do século XIX e tornada proprietária de indústrias processadoras de cana-de-açúcar ao longo do século XX. O grupo Cosan, o maior produtor de cana, açúcar e etanol do mundo, é pensado dentro do padrão de territorialidade mencionado acima. Por meio do debate sobre a autonomização das categorias do capital, pensamos as transformações nas formas de gestão do capital e a ascensão de formas profissionalizadas que surgem simultaneamente e que parecem mais apropriadas ao atrelamento da empresa ao mercado de capitais. A partir daí debatemos o crescimento recente da empresa, problematizando-o por meio do entendimento do capital fictício, como fundamento do momento crítico de reprodução daquele padrão de territorialidade do Estado nacional. Concluímos que a inflação das ações adquire aí importância central e estimula o acesso a novas dívidas para promover a expansão e intensificação das atividades produtivas como forma de aumentar novamente o preço das ações.

**Palavras-chave:** Padrão de territorialidade; Estado nacional; agronegócio sucroenergético; autonomização do capital; capital fictício.

### **National State territoriality pattern and capital autonomization in Brazilian sugar-energy agribusiness: from the Ometto family's heritage to professionalization and financialization of Cosan**

### **Abstract**

The article presents the historical process of constitution of the national State territoriality pattern within Brazil, which is derived from the Ancient Regime's colonization. Such process is related to the particular trajectory of the Ometto family, of Italian immigrants mobilized to work in the late 19th century São Paulo's coffee production and who became owner of sugarcane industries during the 20th century. The Cosan group, the world's largest producers of sugarcane, sugar and ethanol, is thought within that pattern of territoriality. Through the debate over the autonomization of capital's category, we grasp here the

changes in capital's management and the emergence of professional forms which appear more appropriate to its binding to the finance capital. Thus, we discuss the recent growth of the company regarding the concept of fictitious capital, as a founding of the critical moment of reproduction of that national state pattern of territoriality. We conclude that the stock market inflation acquires a central importance and stimulates the access to new debts in order to promote the expansion and intensification of productive activities as a manner to increase again the prices of the company's stocks.

**Key-words:** Pattern of territoriality; national State; sugarcane agribusiness; capital autonomization; fictitious capital.

### **Patrón de territorialidad del Estado nacional y autonomización del capital en el agronegocio sucroenergético brasileño: desde la propiedad familiar de los Ometto hacia la profisionalización y financeirización del grupo Cosan**

#### **Resumen**

El artículo presenta un proceso histórico de constitución del patrón de territorialidad del Estado nacional en Brasil, derivado de la colonización del Antiguo Régimen, y le relaciona a la trayectoria particular de la familia Ometto, de inmigrantes italianos que fue movilizada para el trabajo en la cafeicultura del estado de São Paulo de fines del siglo 19 y se tornó propietaria de usinas de caña durante el siglo 20. El grupo Cosan, mayor productor de caña, azúcar y etanol del mundo, es pensado dentro del patrón de territorialidad acima mencionado. Por medio del debate sobre la autonomización de las categorías del capital, pensamos las transformaciones en las formas de gestión del capital y la ascensión de formas professionalizadas que surgen simultáneamente y que parecen más apropiadas al atrelamiento de la empresa al mercado de capitales. A partir de ahí debatimos el crecimiento reciente de la empresa, problematizándole por medio del entendimiento del capital ficticio, el fundamento del momento crítico de reproducción de aquel patrón de territorialidad del Estado nacional. Concluimos que la inflación de acciones adquiere una importancia central y estimula el acceso a nuevas deudas para promover la expansión e intensificación de las actividades productivas como manera de aumentar nuevamente los precios de las acciones de la compañía.

**Palabras clave:** Patrón de territorialidad; Estado nacional; agronegocio sucroenergético; autonomización del capital; capital ficticio.

#### **Introdução**

O grupo Cosan S/A é atualmente o maior produtor de cana-de-açúcar, de açúcar e de etanol do mundo. Produz sua matéria-prima em canaviais próprios e comprando a cana de terceiros, numa produção totalmente concentrada no Centro-Sul do Brasil, entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Na safra de 2019, moeu 59,7 milhões de toneladas de cana, um pouco abaixo de sua média recente entre 61 e 63 milhões de toneladas. A partir dessa produção agrícola, extraiu açúcar e etanol, além de outros derivados, compondo um lucro EBITDA (antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 5,6 bilhões em 2019, segundo os balanços publicados em seu site (<cosan.com.br>). Além da produção sucroenergética concentrada no seu "braço" agrícola denominado Raízen Energia, o conglomerado detém uma cadeia de distribuição e de postos

de combustíveis da “bandeira” Shell, no Brasil e na Argentina, desde a fusão com a Shell em 2011, além da Compass Energia e da Moove, que produzem respectivamente gás natural e lubrificantes, e a empresa de logística ferroviária Rumo. A Cosan foi também a primeira empresa de agronegócio a abrir capital, quando lançou suas ações na Bolsa de São Paulo, em 2005.

Essa breve apresentação sugere uma trajetória monopolista de uma empresa aparentemente sólida que produz mercadorias e, a partir de sua comercialização, realiza lucros. Um olhar retrospectivo sobre a empresa indica, por sua vez, que ela deriva da história de uma família de imigrantes italianos que veio ao Brasil trabalhar na cafeicultura e acumulou capitais progressivamente. Por outro lado, a família Ometto tem se afastado da condução direta dos negócios, cada vez mais “profissionalizados” e permeados pelas novas exigências de “engenharia” financeira.

Este artigo visa, assim, revelar as transformações nas formas de ser da propriedade privada do capital no atual momento da territorialização do capital. A propriedade privada, particularmente a propriedade da terra e do dinheiro, em oposição à do trabalho vivo, manifesta as contradições que movem a territorialização do capital. O estudo destas formas de manifestação, que também se transformam neste processo, permite mostrar que estas formas de propriedade revelam mais sobre o contexto territorial de sua formação do que sobre o mérito individual de seus proprietários. Para nossa perspectiva de pesquisa, segue sendo necessário criticar a versão da “*suave Economia Política*”, para quem: “reinou desde sempre o idílio. Desde o início, o direito e o ‘trabalho’ têm sido os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se de cada vez, naturalmente, ‘este ano’. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (MARX, 1985, p. 328).

Assim, argumentamos que a formação do patriarcado capitalista brasileiro atual não se explica sem a colonização do Antigo Regime, a conquista territorial de terras localizadas em outro continente e a violenta mobilização de trabalho a ela atrelada.

### **A formação do padrão de territorialidade do Estado nacional e o contexto da formação do grupo Cosan**

A gestão dos territórios coloniais baseou-se no exclusivo metropolitano sobre a produção de mercadorias tropicais para o mercado europeu, sobretudo por meio do trabalho de escravos (PRADO JR., 2000; NOVAIS, 2005), o que instaurava uma *territorialização particular do capital* que abre um debate sobre a totalidade do capital, em processo contraditório de constituição (HEIDEMANN, TOLEDO, BOECHAT, 2014). Nestes primeiros momentos, não havia evidentemente um território correspondente ao Estado nacional

brasileiro atual. Esta territorialidade particular à colonização formava, antes, um território do Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2000). Sob o domínio de metrópoles dos Estados nacionais europeus em formação, reproduziu-se consumindo força viva de trabalho explicitamente forçada, de escravos apressados nas terras conquistadas e na África.

Desse modo, o processo de totalização promove a constituição particular às colônias cujos territórios passarão a ser geridos como Estados nacionais em formação; durante um período, pensadas como o vir a ser da escala dos Estados nacionais. A superação da condição colonial confere particularidades aos Estados nacionais que passam a impor a territorialidade do Estado nacional às territorialidades sintetizadas pela superação da acumulação primitiva e das práticas desumanas do sistema colonial. A ordem dos marcos das mudanças interessa ao argumento: primeiramente, o fim do exclusivo metropolitano e seu desdobramento particularíssimo na assim chamada Independência (que se deu no interior da família real portuguesa), seguido pela Lei de Terras e apenas posteriormente a Abolição.

Em que pese a crueza da formação escravista, e sem poder ser mais descritivo quanto ao momento monarquista da autonomização política da Colônia, formou-se um ponto de vista nacional. Um Estado que coloniza seu território, afinal a ex-colônia havia que constituir um Estado, implicando progressivamente, por exemplo, num planejamento dos seus “fundos territoriais” (MORAES, 1998). Não se deve, todavia, esquecer que isto que está sendo aqui chamado de fundos territoriais é uma terra de fronteira em territorialização (TOLEDO, 2019). Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, da reprodução das relações sociais de produção territorializadas por meio do monopólio sobre o trabalhador (FRANCO<sup>1</sup>, 1984).

Não é por outra razão que, ao longo do século XIX, a transição implicará na adoção do projeto wakefieldiano de *colonização sistemática*, que propunha o bloqueio ao “livre” acesso às terras ainda não colonizadas no período anterior. Essa limitação visava realizar uma transformação na própria forma de ser da territorialidade do escravismo colonial, o livre acesso a terras sem proprietários, dada a enorme extensão de terra indígena a ser territorializada. Assim, o Estado, por meio de uma legislação impeditiva, artificialmente aplicava um preço mínimo às terras devolutas. Ao reivindicar estas terras como seu território, este Estado abstraía na lei as sociedades indígenas e só pode ser visto por elas como genocida. Tornadas propriedades do Estado, estas terras deveriam ser comercializadas, levantando um fundo em dinheiro para fomentar a imigração de trabalhadores livres<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O enunciado da autora, Maria Sylvia de Carvalho Franco, lembra a crítica liberal ao exclusivo metropolitano na escala dos Estados nacionais, a crítica do monopólio sustentado pela política. O liberalismo clássico sustentara que a divisão do trabalho seria limitada pela extensão do mercado, mas o escravismo colonial já era um mercado em mundialização. O que a condição radical de expropriação do escravo, monopólio sobre o trabalho sugerido pela autora, revela é como o colonialismo impõe o trabalho onde o mercado não conseguiria.

<sup>2</sup> Para Marx, a ex-colônia revelava novamente que o fundamento da acumulação de capital era a expropriação

A aplicação da colonização sistemática no Brasil passou, assim, pela Lei de Terras (Lei nº 601, de 1850), mas, na prática, não se deu pela efetiva discriminação e venda de terras devolutas, mas pela sua apropriação por meio do controle da escrituração, um dos fundamentos do poder coronelista que viria a se consolidar (BOECHAT, TOLEDO, LEITE, 2017). Desse modo, não ocorreu por essa via a formação do fundo para promover a imigração, que teve que ser garantida por legislações paralelas e por empréstimos com bancos ingleses. Enquanto isso não ocorria, ainda nas décadas de 1850 e 1860, a “importação” de parceiros para trabalhar na cafeicultura se dava por iniciativa particular dos próprios fazendeiros. A partir de 1871, no entanto, a província de São Paulo passava a organizar a sua política de imigração subvencionada, que já ocorria no âmbito da sistematização do trabalho no *colonato*, no qual o trabalhador, além de assumir uma empreita de determinados cafeeiros para tratar e colher, dispunha de áreas para plantio e criação próprios (BOECHAT, 2009).

### **A autonomização do capital e a espetacularização do patriarcado Ometto**

É nesse *padrão de territorialidade* do colonato que os primeiros Ometto – Antonio Ometto e Caterina de Biasi Ometto e seus dois filhos mais velhos (porém logo nasceriam outros quatro “moços”) – foram mobilizados para deixar sua pequena propriedade rural na região do Vêneto, na Itália, onde viviam em condições de pobreza, para vir trabalhar numa fazenda cafeeira de Amparo, no estado de São Paulo, em 1887 (GORDINHO, 1986, p. 9-13). A história pessoal da família indica a constituição de uma ampla família, que logo passa de colonos do café a proprietários de um pequeno sítio localizado entre Limeira (SP) e Piracicaba (SP), e dali a produtores de aguardente de cana, em 1914, até consolidarem a Usina Costa Pinto, em 1935, em parceria com outros italianos, sobretudo a família Dedini, que também terá importante história na modernização da produção canavieira ao longo do século XX (MOREIRA, 2013, p. 35-36):

Em 1935, Pedro Ometto, em sociedade com João Ometto, Mário Dedini e José Basinello, comprou a Fazenda Costa Pinto, também chamada de Corumbatahy, situada no município de Piracicaba (SP).

O patrimônio dessa propriedade foi repartido em doze, proporcionalmente ao investimento de cada um no ato da compra: Pedro detinha seis partes, Mário três, João duas e José uma. As terras perfaziam 152 alqueires, e continham a antiga sede da fazenda, uma serraria, uma coqueira e um engenho de aguardente e de açúcar. Mário Dedini forneceu o maquinário necessário e, em conjunto com os outros três, fundou a sociedade Usina

---

dos trabalhadores, impedidos de trabalhar para si mesmos e obrigados assim a trabalhar para terceiros (MARX, 1985, Livro I, cap. 25). Porém, essa expropriação não poderia num futuro próximo mais incidir sobre o corpo do próprio trabalhador como na forma escravista (FRANCO, 1984). A soberania estatal sobre os fundos territoriais era, portanto, o pressuposto da mobilização do trabalho livre.

Costa Pinto Ltda. (MOREIRA, 2013, p. 36).

Em que contexto, porém, o trabalhador rural pode ascender a industrial, como no caso dos Ometto? Tal oportunidade não estava dada a todos, mas não são tão pouco frequentes as histórias de superação da pobreza extrema durante a fase clássica do colonato. O próprio sistema de trabalho foi concebido como forma de mobilização do trabalho de famílias de europeus que se dispusessem a cruzar o Atlântico e se embrenhar pelo Oeste Paulista. Para tanto, combinava rendimentos fixos com pagamento proporcional ao café colhido, além de disponibilizar moradia e áreas internas à fazenda para o plantio de alimentos e criação de animais. Articulado à política de subvenção à imigração, desresponsabilizava o trabalhador de arcar com os custos da viagem e da instalação. O colonato, em certo sentido, indicava certo “afrouxamento” da pressão sobre o trabalhador, porque representava uma formação particular da superpopulação relativa (MARX, 1985), que precisava ser mobilizada na Europa para a expansão da lavoura cafeeira nos moldes desejados em meio à crise do escravismo (BOECHAT, 2009). A miséria em que vivia o contingente mobilizado na Europa se articula, pois, com as condições de vida e de emprego prometidas pelo colonato.

Porém, a possibilidade de obter rendimentos extraordinários, por uma família extensa que assumisse uma empreita de muitos cafeeiros, em colheitas de café em anos excepcionais, não explicaria, por completo, a ascensão dos Ometto. A ela somamos a rusticidade de um alambique conjugada à centralização de pequenos capitais, articulados por famílias de italianos, além da relativa abertura à ocupação da base fundiária no interior das fazendas cafeeiras e, diante de sua reprodução crítica, também pela compra de parcelas das fazendas que se endividavam:

A população rural de origem italiana, em sua maioria, demonstrou maior afinidade com a lavoura da cana e aproveitou as oportunidades para comprar terras baratas, desmembradas das fazendas de café decadentes e vendidas em parcelas. Os sobrenomes Annicchino, Balbo, Bellodi, Biagi, Brunelli, Carolo, Colombo, Dedini, Frascino, Furlan, Lorenzetti, Marchesi, Malzoni, Morganti, Ometto, Pilon, Quagliatto, Zanin, Zanini e Zillo, entre outros, ganharam visibilidade, ao longo do tempo, como marcos de trabalho, progresso e riqueza, no cenário de uma agricultura que se estruturava. Esses pioneiros iniciaram a lavoura, fazendo pinga, e os engenhos viraram usinas. Aproveitando o apoio do governo Vargas e com anos de trabalho pesado, construíram uma agroindústria promissora que lhes permitiu a mobilidade social (GORDINHO, 2010, p. 46).

Embora a cana-de-açúcar fosse cultivada desde o período colonial em São Paulo, fica nesse momento evidente como o referencial de produção e rentabilidade estava então na cafeicultura, ainda que esta experimentasse crises de “sobreacumulação” desde

princípios do século XX (MONBEIG, 1998; BOECHAT, 2009). Essas mesmas crises e a maneira como a sua expansão pelo Oeste Paulista em busca de terras mais férteis ia deixando um rastro de terras desgastadas permitiam gradativamente a inclusão no cenário de novas culturas relativamente menos lucrativas, como a produção de algodão, de laranjas e a pecuária, além do parcelamento gradativo e parcial das fazendas (STOLCKE, 1986). A cana entraria como uma dessas alternativas, sobretudo a partir da crise de 1929. Porém, essas mesmas alternativas não significavam necessariamente o abandono da cafeicultura, que seguia sendo reiterada também pela política de valorização e pelo Conselho Nacional do Café (CNC), órgão criado em 1931 para lidar com as implicações da grande crise mesmo em meio às transformações promovidas pelo governo de Getúlio Vargas (FURTADO, 2000).

A ascensão de órgãos reguladores como o CNC, depois transformado em Instituto Brasileiro do Café (IBC), tem seu correlato para a cana na Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, criada em 1931, logo transformada em Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933 para lidar com a superprodução açucareira e assim regular a produção nacional, vindo a estabelecer cotas para a produção de cada estado, de cada usina e cada produtor (RAMOS, 2007, p. 568). Articulados a uma política que viria, nos anos 1940, a promover a industrialização nacional pela instalação do *Departamento I*, produtor de meios de produção, esse processo instauraria um novo *padrão de territorialidade* assente numa centralização do poder estatal (HEIDEMANN, TOLEDO, BOECHAT, 2012).

Essa centralização, que permitirá inclusive uma maior capacidade de endividamento necessária à instalação da indústria de base nacional, seguirá lidando contraditoriamente com o poder das famílias e dos coronéis. No caso específico que estamos lidando, a acumulação de capital aparece como sendo a ampliação e a coligação estratégica de patrimônios familiares:

Em sucessão, diversos membros das famílias Ometto, Dedini, e de ambas (Dedini-Ometto) tornaram-se sócios da Usina [Costa Pinto], e conduziram uma empresa tipicamente familiar, cujas propriedade e gestão ficam nas mãos de parentes. [...] Em 1943, a sociedade da Usina Costa Pinto Ltda. comprou a Fazenda Pau d'Alho, em Barra Bonita (SP). Orlando Ometto – filho de Pedro – foi incumbido da tarefa de montar uma usina nessa fazenda. Em 1946, produziram 40.000 sacas de açúcar, a primeira safra da usina. [...] Em 1950, assume a direção da Usina Costa Pinto Celso Silveira de Mello, marido de Isaltina Ometto Silveira Mello – filha de Pedro Ometto. [...] Em 1949, foi constituída a Usina da Barra S/A; entre os sócios estavam Pedro Ometto e seus dois filhos, Orlando Ometto e Isaltina Ometto Silveira de Mello. [...] Entre as safras 1946/7 e 1950/1 os Ometto já possuíam 8 usinas canavieiras no estado de São Paulo, e respondiam por 13,3% de toda a moagem de cana nesse estado – a terceira maior moagem, entre os grupos usineiros. [...] Entre as safras 1951/2 e 1955/6 os Ometto passaram a ser os maiores usineiros em termos de moagem de cana – controlando 10 usinas e respondendo por um quinto de toda a moagem do estado de São Paulo [...]. Entre as safras 1956/7 e 1960/1, os Ometto respondiam por 21,7% da moagem de São Paulo; entre 1961/2 e 1965/6, por 24,9%

(MOREIRA, 2013, p. 37).

Como se vê pela citação, uma espécie de parceria se estabelece entre as famílias de italianos que aparentemente se especializam, de um lado, na expansão da produção de cana, e, de outro, na expansão e melhoria do processamento industrial. Embora a citação anterior remeta à trajetória ascendente dos Ometto, que conduziam sua “empresa tipicamente familiar”, o mesmo poderia ser delineado para os Dedinis, embora o relato laudatório confunda os patamares tecnológicos de uma oficina e de uma indústria:

Em 1932 Mario Dedini, competente mecânico italiano, foi com seu compadre Pedro Ometto examinar a maquinaria usada em uma usina de Macaé, no Rio de Janeiro. Esse equipamento foi comprado, revisado, copiado e depois replicado por Dedini em sua oficina mecânica de Vila Rezende, bairro de Piracicaba. Nascia uma indústria. As Oficinas Dedini passaram a fornecer equipamento nacional para as usinas da região e expandiram-se. Tornaram-se sócias de muitas delas, trocando por equipamento sua participação nas empresas. Foi uma estratégia adequada para um setor onde o investimento intensivo de capital tem retorno razoavelmente lento. Assim, ao investir trabalho em progresso e futuro, Mario Dedini fez história como propulsor da agroindústria açucareira (GORDINHO, 2010, p. 52).

Semelhante forma de parceria entre italianos ligados à produção canavieira, de um lado, e à produção de açúcar e álcool, de outro, deu-se com as famílias Biaggi e Zanini, mais próximos a Ribeirão Preto, o que produzirá um outro grupo canavieiro historicamente forte em torno dos Biaggi e outra indústria de produção de caldeiras em torno da Zanini (GORDINHO, 2010, p. 53). A centralização dos capitais por meio dessas parcerias e sociedade de ações representa, assim, uma das faces do estabelecimento da abertura para a ascensão de algumas famílias de imigrantes que passam a personificar o agronegócio sucroenergético paulista que estava em gestação, além de levar esses grupos econômicos a um novo patamar de concorrência.

Há, porém, um *padrão de territorialidade* em transformação que permite, regula e eventualmente estimula uma tal expansão. Do ponto de vista institucional, a regulação setorial do IAA terá importância na destinação gradual de cotas para São Paulo e para o grupo em ascensão. Em 1944, o Estatuto da Lavoura Canavieira define o limite de 60% de cana própria por parte das usinas, porém, já inicia uma flexibilização no que concerne às cotas de produção vigentes, que tentavam impedir a mudança de eixo do Nordeste para o Sudeste como principal região produtora açucareira do Brasil. Do ponto de vista conjuntural, resumidamente há primeiro a Segunda Guerra Mundial, a estancar a navegação de cabotagem e exigir um aumento da produção de cana em São Paulo para abastecer as grandes cidades (sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro) em processo de metropolização.



Em seguida, a Revolução Cubana, em 1959, abrirá o mercado norte-americano para o açúcar brasileiro, ampliando ainda mais as cotas. Assim, desde a década de 1940 São Paulo se torna o principal produtor de cana e de açúcar do Brasil. Paralelamente, a industrialização nacional se desdobrará numa indústria de tratores e caminhões e numa indústria petroquímica, que possibilitarão transformar as relações sociais de produção também internamente à agricultura.

Uma passagem de uma tese que lida com a história da Usina São Martinho, em Pradópolis (SP), próxima a Ribeirão Preto (SP), é significativa acerca do processo de que estamos tratando. Uma das maiores fazendas cafeeiras do mundo, adquirida pela família Prado em 1889, a fazenda São Martinho sofreu gravemente com a famosa geada de 1918, que dizimou quase metade de seus 3,5 milhões de cafeeiros, o que posteriormente se soma aos impactos no Grupo Prado Chaves do *crash* de 1929, que os compensou com a venda de parcelas de suas terras para imigrantes italianos e com a diversificação de culturas com o plantio de algodão, laranja, milho e cana e a introdução da pecuária. Retomando essa trajetória, tem-se a contradição entre o personalismo das “ilustres famílias” e a impessoalidade gerencial do empresariado:

A escolha das culturas mais atraentes, de acordo com as oscilações do mercado internacional, o desmembramento da propriedade que há pouco nos referimos são exemplos de percepção e ação não do *fazendeiro local*, mas de uma empresa – no caso a Prado & Chaves – que estava, por assim dizer, em conexão com uma conjuntura muito mais ampla e perceptível. A diversificação dos produtos, o desmembramento da propriedade, a introdução da produção algodoeira e, enfim, a passagem para a produção de açúcar e álcool só se tornaram possíveis por essa *gestão profissional, capitalista*, o que certamente contrasta com a visão tradicional de retrocesso e estagnação associada àquele setor (PRADO, 2011, p. 34-35, grifos do original).

Esta passagem é relevante porque permite questionar o *dualismo* corriqueiro quando aborda o surgimento de uma mentalidade e práticas capitalistas por meio desses fazendeiros que são, ao mesmo tempo, proprietários fundiários e proprietários de capital. Desse modo, questiona-se uma suposta localidade retrógrada em oposição à totalidade capitalista, ainda que a formulação seja ambígua o suficiente para talvez isentar apenas os Prado e os Chaves desse “localismo”. De nossa parte, ampliamos aqui a contradição entre o local e a “conjuntura mais ampla” para além de uma ou outra família, uma vez que a reconhecemos como própria do *territorialização do capital* que à época impunha um *padrão de territorialidade* novo.

De todo modo, o desenrolar da trajetória da Usina São Martinho adquire especial interesse para o que estamos aqui delineando. Em 1950, a Usina é adquirida pelos Ometto, que articulam os capitais de vários membros da família para realizar a compra daquilo que

um deles chamaria de “uma usininha dentro de uma máquina de café” (PRADO, 2011, p. 39), que seria modernizada, ampliada e gerida pelos filhos de Luiz Ometto, todos já com formação universitária.

### **A autonomização da gestão e a profissionalização da empresa canvieira “nacional”**

A autonomização da produção canvieira, até então subsidiária e secundária em relação à cafeicultura, dá-se concomitantemente à autonomização da formação técnica dos filhos de fazendeiros, agora cada vez mais formados num padrão universitário. Essa instituição metropolitana, a universidade, uma vez internalizada na ex-colônia, contribui para modificar as relações sociais que a embasam (BOECHAT, PITTA, TOLEDO, 2019). A noção de autonomização, porém, também aqui se revela como uma transformação real, que resulta em uma autonomia apenas aparente, posto que diversas formações distintas são encaminhadas para a “gestão” da mesma fazenda/usina, gestão que passava pela relação até certo modo pessoal com os trabalhadores, que, aliás, ainda moravam no interior da empresa:

Os principais responsáveis por essa empreita, e que perduram na empresa até os anos 1990, foram Orlando, Agenor e Homero. Não era apenas o caráter familiar que os qualificava para a tarefa, uma vez que todos eram “sujeitos de formação”. Orlando era médico sanitaria, formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1941. Já Agenor e Homero eram engenheiros, químico e agrônomo, respectivamente. O fato de Orlando ser médico, “doutor”, e os outros dois serem sujeitos formados “engenheiros”, inseridos num universo de trabalhadores e famílias que por gerações foram apenas trabalhadores rurais braçais, de baixa escolarização, criou uma diferenciação de tratamento na São Martinho bastante significativa, uma vez que eram chamados pelos trabalhadores de “doutores”, em substituição ao tradicional “patrão” (PRADO, 2011, p. 41).

A passagem revela a maneira como a escolarização surge como critério privilegiado de diferenciação social no *padrão de territorialidade* que está em formação. Os irmãos Ometto são apontados como qualificados para a tarefa de gerir o negócio devido às suas trajetórias acadêmicas, algo que está além de sua origem familiar. O tratamento por “doutor” revela “respeito, admiração e dominação” (PRADO, 2011, p. 42) da parte dos e sobre os trabalhadores, à semelhança dos tratamentos até então vigentes, como “capitão” ou “coronel”. Ainda assim, não se trata de uma mera personificação da técnica adquirida na universidade, havendo ainda certa sobreposição dos elementos presentes no coronelismo com os novos critérios, como se vê num relato de um antigo morador da usina, a reclamar da geração seguinte de Ometto que assume a empresa e que torna as relações com os

empregados mais impessoais:

A vida na fazenda era uma maravilha! Embora os salários fossem muito baixos, ninguém se preocupava com isso, pois todos tinham moradia, a escola primária, tratamento médico e odontológico, armazém, farmácia, serviço de taxi, cinema, salão de baile, futebol etc. garantidos! Alguns tinham até cadeiras cativas no cinema! No final do mês, o que recebia era para a aquisição de roupas, calçados ou para a compra de outra coisa como bicicletas, refrigeradores, coisas assim... A diretoria conduzia a fazenda-usina com muita atenção e cuidado, sempre trabalhando sob a batuta do Dr. Orlando, homem muito capaz e humano! A outra fase, pós-1963, se iniciou com a chegada de novos elementos da família Ometto, ou ligados a ela. Essas pessoas recém-chegadas não possuíam a mínima experiência quer na resolução de problemas técnicos, quer nos puramente administrativos, já que nada sabiam sobre “relações humanas”, julgavam-se apenas “patrões”! E eram mesmo! Ainda que sem qualquer capacidade, mas ricos! E o dinheiro fala alto em nosso país, não é mesmo? Nessa segunda fase as coisas foram ficando mais difíceis para os trabalhadores, já que passaram a ser mais exigidos e comandados sem qualquer resquício de fraternidade! Velhos companheiros, nascidos e criados em S. Martinho, perdiam o emprego pelo mínimo motivo [...]. Famílias que viam a fazenda não só como um lugar para se ganhar o pão, mas mais do que isso, viam-na como seu lar, perdiam o emprego e com ele toda a sua referência! [...] A usina modernizou-se, o grupo adquiriu novos empreendimentos, ganhou mais mercado... Assim, S. Martinho deixou de ser a agradável fazenda para tornar-se a próspera indústria! (Relato de Antonio *apud* PRADO, 2011, p. 49-50).

Com o perdão da longa citação, a contraposição que ela apresenta entre dois modelos de gestão e, conseqüentemente, de relação social de produção merece destaque. A mesma tese que antes destacava a proeminência da gestão empresarial sobre o particularismo do fazendeiro local, antenada às alternativas de mercado à cafeicultura em crise, permite agora reconsiderar a ascensão da gestão dos “doutores” da fazenda/usina São Martinho no momento em que há uma nova transição no interior da família Ometto, seus proprietários. Esses “doutores”, liderados pelo Dr. Orlando Ometto, ainda se portavam como patrões que teriam “cuidado”, “fraternidade” e “humanidade” com os trabalhadores que, assim, não estavam ali trabalhando apenas em troca de salários, por sinal declaradamente muito baixos, mas recebiam reconhecimento, numa relação mais pessoalizada que fazia com que eles considerassem seu local de trabalho como “lar”.

Na passagem, a “típica empresa familiar” é também um espaço de vivência em que há relativa proximidade entre as famílias de trabalhadores e de patrões. Há que se atentar também para uma relação de trabalho na qual o salário em dinheiro é visto como algo menos importante, quase secundário. Não deixando de ser uma empresa “típicamente familiar”, posto que seguem sendo os Ometto que a dirigem, há uma importante transformação da empresa em meio à separação em curso entre o local de trabalho e o local de moradia, o que representará um processo de autonomização entre produção e

reprodução das famílias de trabalhadores, que gradativamente deixarão a fazenda/usina, irão morar nas cidades e passarão a mediar sua reprodução quase inteiramente por meio do dinheiro e da mercadoria, tendo seu trabalho *mobilizado* (GAUDEMAR, 1977).

Desse modo, não passa despercebido o marco temporal de 1963, coincidindo a chegada dos novos patrões com o Estatuto do Trabalhador Rural, e, logo após, em 1964, com o Estatuto da Terra, legislações que questionarão a cessão de terras e a moradia como forma de salários “indiretos” ao trabalhador rural. Logo em seguida, ainda em 1965, será instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que financiará com juros subsidiados a compra de insumos modernos (tratores, caminhões, arados, fertilizantes, pesticidas etc.) que contribuirão, por sua vez, para relativizar o lugar social dos trabalhadores agrícolas, num novo patamar de produtividade do trabalho que será instaurado pelo aumento da composição orgânica dos capitais.

Particularmente para o caso da cana, além da introdução desses insumos, houve o início da mecanização do trato, com a introdução das empilhadeiras, que substituíram os carregadores manuais, e com a chegada das primeiras colhedoras mecânicas. As usinas também se modernizavam, e alguns usineiros se articulavam em cooperativas para ampliar a escala e facilitar as atividades, sendo o caso mais emblemático aquele da Coopersucar, que se tornará a maior exportadora de açúcar do mundo. Outra medida que promove a *centralização de capitais* no setor é o Plano de Racionalização da Agroindústria Canavieira, de 1971, que revela novamente a coordenação estatal ao estimular e promover o fechamento de pequenas indústrias e/ou sua compra por usinas maiores, transferindo as cotas, de modo a “racionalizar” a produção no sentido de conter a superprodução e a queda dos preços (MENDONÇA, 2019, p. 59). No entanto, um incontornável marco se dará com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975, que mobilizará até 1990 cerca de US\$ 7 bilhões para a instalação de novas refinarias, para a modernização e ampliação das usinas existentes e para pesquisas que finalmente implantarão o etanol combustível como alternativa para combustíveis fósseis (PITTA, 2011).

Assim, os patrões chegam num novo momento de inflexão que trará mudanças significativas. Mais do que responsáveis diretos por tantas transformações, eles são antes *personificações* de uma nova forma de reprodução ampliada do capital, extremamente articulada à juridificação e à necessidade de financiamento, que se territorializa por meio de um processo produtivo cientificizado personificado por trabalhadores formados em faculdades. Portanto, sugerimos uma territorialização do capital que teve como referências primordiais: (a) o Estado nacional centralizado (e com feições explicitamente autoritárias) e sua capacidade de legislar, planejar e mobilizar capitais estrangeiros e criar instituições de formação de trabalhadores complexos; (b) um padrão cientificizado de produção e administração, a desdobrar a indústria e a ciência sobre as “empresas familiares”, cujo

processo de reprodução passou a envolver a formação universitária dos filhos, para finalmente obscurecer a propriedade do capital pela mediação de mercados financeiros; e (c) o sistema financeiro que começa a ser aí reestruturado e se capilarizará rapidamente por alguns setores, em especial pelo agronegócio sucroenergético. É essa modernização, e os novos critérios de concorrência que ela instaura, que de fato altera as relações de trabalho e menos a vontade pessoal dos empresários. Talvez a própria formulação da acumulação do capital como vontade dos empresários já revele o caráter reificado do que se concebe como vontade.

E o que acontece com os Ometto nesse período? Além de participarem da criação da Coopersucar, incorporarem algumas cotas de usinas pequenas fechadas pelo Plano de Racionalização da Agroindústria Canavieira, estimularem a criação do Proálcool (GORDINHO, 2010, p. 65) e ainda embarcarem em outros grandes projetos do período militar (1964-1985) como a Sudam, indo abrir fazendas na Amazônia Legal, a família se expande e se organiza em quatro grandes grupos relativamente apartados entre si (MOREIRA, 2013, p. 37-39). Embora soe estranha a nomenclatura adotada por Moreira (2013) de serem “clãs”, cuja suposta autonomia e autodeterminação estamos aqui criticando, há uma sugestão interessante que indica um processo de gradativa dispersão do capital agregado na e agigantado pela família Ometto, sendo que o Grupo Cosan seria apenas uma parte dele:

Essa diversificação de negócios induziu a formação de clãs de Ometto cada vez mais autônomos, cada clã assumindo um grupo de companhias. A administração e a propriedade dessas companhias, apesar de sofrerem ingerências de outros clãs, aos poucos se restringiram mais a esse ou aquele clã.

Em 1968, o clã Pedro Ometto adquiriu a usina Santa Bárbara, em Santa Bárbara d'Oeste (SP) – sob a nova denominação “Companhia Industrial e Agrícola de Santa Bárbara”. Em 1980 a companhia mudou de nome novamente, passou a ser “Usina Santa Bárbara S/A - Açúcar e Álcool”; na safra 1987/8, essa usina produziu 1.125.440 sacas de açúcar e 86.510.382 litros de álcool.

Em 1970, morreu Pedro Ometto, um dos “moços”, e suas usinas foram, então, partilhadas entre seus dois filhos. Isaltina, mãe de Rubens Ometto, herdou a Costa Pinto e a Santa Bárbara, e Orlando, tio de Rubens, a Usina da Barra.

Liderado por dona Isaltina, o clã empresarial que viria a nascer naquele momento, viria a ser chamado de Cosan – pois a rubrica “Cosan” é a contração das iniciais das usinas Costa Pinto e Santa Bárbara (MOREIRA, 2013, p. 39-40).

Entre 1978 e 1996, Rubens Ometto Silveira de Mello, filho de Isaltina Ometto, vai gradativamente assumindo o controle da Cosan,<sup>3</sup> mas a forma de gestão dos negócios que

---

<sup>3</sup> “Em 1978 Rubens Ometto Silveira de Mello assumiu a direção da Celisa, a companhia controladora (*holding company*) das usinas Santa Bárbara e Costa Pinto, que sua mãe – Isaltina – havia herdado. Em 1980, Rubens

tenta implementar vai levar ao descontentamento dos demais membros da família, inclusive levando a um longo processo judicial, movido por seus irmãos e pela mãe. Em entrevista recente à Exame TV, retomando essa questão, o diretor da Cosan afirmaria:

O grande cerne dessa discussão sempre foi pensamento e filosofia de trabalho. [...] eu sempre fui muito focado em ter uma empresa profissional, competitiva e [para isso era preciso] não ter a participação do acionista na gestão da empresa. Todas as minhas discussões e brigas familiares foram por causa disso. Eu estava convicto e é o que eu acredito (OMETTO, 2020).

Desse modo, o mesmo “profissionalismo” que incomodara, nos anos 1960, os trabalhadores da Usina São Martinho, agora tensionava as relações internas à própria família Ometto, suprimindo a reserva de mercado do trabalho de supervisão para a própria família, afora o patriarca: o único mando, a autoridade que garante a hegemonia da ciência.

Portanto, há um elogio da *autonomização* entre gestão e propriedade do capital nas falas de Rubens Ometto. Na mesma entrevista, ele afirma: “A Cosan chegou até aqui com esse critério muito ágil para os negócios, sem política”. Ao retomar a trajetória recente do setor, isso se torna evidente e indica o caminho à financeirização do padrão de territorialidade atrelado ao Estado nacional. Relembrando a proximidade da geração de usineiros do pai, usineiros que moravam nas usinas, Ometto estabelece uma diferenciação de nomenclatura para a sua geração: “Quando você usa a palavra ‘usineiro’, você está voltando aos tempos de *casa-grande e senzala*, hoje é industrial”. Entretanto, nem todos os seus colegas industriais teriam feito a transição necessária, o que seria causa de muitos terem falido ou sido comprados pela própria Cosan. Para expressar como o “mundo mudou”, Ometto remete ao seu entendimento quanto à separação que havia entre a usina, muito mais próxima à produção agrícola, e o papel que o Estado, via IAA, assumia na comercialização e exportação. Aliás, a Cosan teria sido a primeira empresa a adquirir licença para exportar diretamente o seu açúcar. Esse pioneirismo indicaria a necessidade de a usina assumir novas responsabilidades para enfrentar a nova realidade, própria do capital monopolista:

Os colegas continuaram com um enfoque muito agrícola. [...] Você tem que ser um especialista em comércio, em *trading*, em finanças... E a Cosan se antecipou a isso. Você nota que muitos colegas nossos eram muito bons em

---

Ometto tornou-se presidente do conselho administrativo da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, e diretor vice-presidente da Pedro Ometto S.A. Administração e Participações (Serviço Público Federal – CVM, 2008)” (MOREIRA, 2013, p. 40).

“[...] Após uma disputa judicial entre Rubens Ometto e sua mãe (Isaltina) e irmãos, em 1996 ocorreu a fusão entre as *holdings* Bom Jesus e Celisa, e nasceu a Nova Celisa. O grupo controlado pela Nova Celisa passou a ser conhecido como Cosan/Bom Jesus (Cosan/BJ). Rubens Ometto passou a deter 50% das ações da Nova Celisa – os outros 50% ficaram com a mãe e os irmãos. Assim, Rubens Ometto assumiu o maior poder individual no Grupo Cosan, situação que se mantinha até o início de 2013” (MOREIRA, 2013, p. 42).

plantar cana, mas não se prepararam financeiramente para enfrentar esse desafio. Nosso setor é muito difícil! Você precisa ser bom na agricultura, bom na indústria, bom na comercialização, e bom em finanças (OMETTO, 2020).

Desse modo, ocorre a articulação de especialistas responsáveis pela gestão dessas diversas “necessidades” da grande firma, que ao mesmo tempo se financeiriza e transcende a relação agrícola-industrial. No caso da comercialização, por exemplo, a incorporação da Esso pela Cosan, comentada aqui por Ometto, é significativa dos novos moldes que a empresa assume e sua estratégia de *verticalização*: “Quando incorporamos a Esso, a grande vantagem, além da verticalização da produção que passou a ir até o consumidor final, foi a qualidade dos executivos que nós incorporamos” (OMETTO, 2020). Com isso, a família vai se ausentando, não sem tensão, da gestão do capital que ela possui, numa gestão de executivos especializados, formados nas instituições universitárias e personificando as técnicas autonomizadas de gestão. Menos o patriarca, cuja competência nem pode ser colocada em questão, afinal algum dos “competentes” sempre terá falhado, não ele.

### **A territorialização do capital fictício na expansão recente da Cosan**

O que denominamos acima como um padrão de territorialidade do Estado nacional em vias de financeirização, ao abstrair as relações de trabalho, espetacularizou-se como história da propriedade, personificada em processo pelos patriarcas e seus herdeiros. Em uma primeira aproximação, este processo simula a propriedade como resultado do trabalho. Passaremos agora a mostrar que a cientificização do processo de trabalho passa efetivamente a simular a acumulação de capital, dessubstancializando o produto do trabalho, mobilizando cada vez menos trabalho por unidade de produto e mesmo por sua medida naturalizada em dinheiro.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Podemos sugerir a separação em dois momentos para tal reprodução fictícia do capital, a partir da expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos, em razão do desenvolvimento das forças produtivas e tecnificação da produção de mercadorias, o que apareceu na produção de cana-de-açúcar no Brasil por meio de sua automação, em um primeiro momento (dos anos 1960 aos 1990) em relação ao plantio, tratos culturais, criação de novas variedades de cana, entre outros; e, num segundo momento, a partir do *boom* dos preços das *commodities* no século XXI, com a mecanização do corte de cana.

Os dois possíveis momentos de financeirização do capital e sua intermediação do capital fictício – ou seja, um descolamento entre a criação de dinheiro e a valorização do valor, resultando em simulação de acumulação de capital (KURZ, 2019) –, assim, dizem respeito justamente à periodização supracitada. Pode-se sugerir que a rolagem das dívidas das empresas, por meio do endividamento externo brasileiro em seu momento de modernização retardatária (KURZ, 1999), entre os anos 1960 e 1980, já expressava a própria crise de acumulação capitalista, que, a partir dos anos 1990 e dos chamados processos de securitização das dívidas e criação dos mercados secundários de comercialização de derivativos, tais como ações, títulos de dívidas, taxas de juros e câmbio e *commodities*, se transformará na simulação de acumulação com criação de capital fictício por meio da inflação de tais ativos financeiros (títulos de propriedade – KURZ, 2014). É justamente o investimento nos mercados secundários que promove a inflação dos preços dos derivativos, o que gera capacidade aquisitiva e cria dinheiro por parte das instituições financeiras (BELLUZZO, 2009).

A autonomização entre gestão e propriedade do capital (MARX, 1986, cap. 23, Livro III) da empresa Cosan expressa a financeirização do capitalismo, a partir dos anos 1970; e os desdobramentos que a empresa apresenta, a partir dos anos 1990, revelam uma territorialização particular, espetacularizada como financeirização, com a inflação de ativos financeiros por meio de rolagem das dívidas do capital mundial em processo de dessubstancialização. Relaciona-se também com a transformação do momento de financeirização do capital, que passa da simulação da acumulação por meio das rolagens de dívidas para aquela de predominância da inflação dos ativos financeiros.

A partir de meados dos anos 1980, entra em crise o *padrão de financeirização do capital* daquele momento. Tal crise se espetaculariza como crise das dívidas da América Latina e do financiamento estatal a juros reais negativos, assim como da política de preços do Proálcool, que vão sendo extintos até 1990 (quando do fim do IAA). Neste momento, diversas unidades produtivas vão à bancarrota (THOMAZ JR., 2002), porém o futuro grupo Cosan continua a incorporar cotas de produção, terras e fornecedores, estratégia que visa lidar com a crise do setor naquele momento<sup>5</sup>.

Nesse contexto, se estabelecem as bases para que a Cosan se tornasse a maior empresa do setor sucroenergético no país e uma das maiores do mundo. Na década de 1990, a empresa implementa um projeto de pesquisa de novos tipos híbridos de cana, principalmente para o mercado externo. Essa variedade é o açúcar VHP (Very High Polarization), cuja composição bruta permite aos clientes transformá-lo em diferentes tipos de açúcar para o consumo. Isso possibilitou uma maior inserção no mercado de *commodities*. Deve-se ressaltar o apoio incondicional do Estado brasileiro com vistas a garantir a inserção do agronegócio canavieiro no comércio exterior. Por exemplo, em 1996 a Cosan recebeu concessão estatal de uma área destinada à construção e exploração de um terminal de carregamento de açúcar e grãos no Porto de Santos, o que deu origem à subsidiária Cosan Portuária (PITTA, XAVIER, MENDONÇA, 2011, p. 9).

A financeirização do grupo Cosan passou, assim, a envolver a centralização de capitais. Para Marx (1985, cap. 23, itens 2 e 3), a centralização do capital, expropriação de capitalistas de propriedade individual pelo capital financeiro, é a “abolição do capital como

---

<sup>5</sup> A unidade fundadora do grupo Cosan, a usina Costa Pinto, em Piracicaba, e apesar de todas as transformações até aqui destacadas, continua a ser a sede administrativa do grupo, que passará a adotar, então, uma estratégia de expansão corporativa, que expressa seu aspecto territorial, a partir dos anos 1980. Tal estratégia diz respeito à aquisição de novas unidades e também de diferentes grupos econômicos, em setores não restritos à agroindústria da economia diversos da então agroindústria canavieira.

As primeiras unidades a serem adquiridas, a partir de 1986, foram a usinas Santa Helena, situada no município de Rio das Pedras (SP); a usina São Francisco, localizada em Elias Fausto (SP); e a usina Ipaussu (SP). Além da aquisição de novas unidades produtivas, a Cosan logrou a concessão do terminal portuário em Santos, que passou a operar a partir de 1999, o qual em 2005 se transformará no Teas, Terminal Exportador de Alcool de Santos S/A, já no contexto da fase de intensificação das exportações de etanol por parte do Brasil, no bojo do *boom* das *commodities* (a partir de 2002). O Teas é fruto da ação conjunta da Cosan com outras empresas nacionais e estrangeiras, como a Crystalsev, Nova América, Plínio Nasari e Cargill. Sua participação no empreendimento totaliza 32% do capital.



propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista” (MARX, 1986, p. 332). O tamanho de uma companhia permite que empresas lastreiem novas dívidas, garantidas em seus ativos físicos ou financeiros. Assim, a expansão da mesma permite o acesso a novo capital a juros, prometendo ampliação da produção e pagamento das dívidas anteriores, como hipoteca de trabalho futuro, o que pode não ser realizado, mas simulado por meio do pagamento de dívidas anteriores com novas dívidas, realimentando um processo de expansão crítica. Argumentamos, assim, que o capitalismo de inflação dos ativos financeiros e formação de bolhas financeiras passou a determinar a mobilidade dos capitais ao nível mundial a partir dos anos 1990, com a bolha da Nasdaq, que estoura em 2001, e seu desdobramento nas bolhas imobiliária dos EUA (2002-2007) e das *commodities* (2002-2011). Assim se deu a inserção do Brasil nesse processo, que delineamos aqui a partir dos desdobramentos recentes do grupo Cosan.<sup>6</sup>

Enquanto os preços das *commodities* continuaram a subir, diversas empresas abriram capital em bolsa a fim de lograrem acessar capital fictício também por meio da subida dos preços de suas ações em bolsa. Quanto maior a empresa, maior a possibilidade de promessa de expansão das empresas, o que vem junto à promessa de redução de custos, e conseqüentemente leva à procura pelas ações das mesmas. No *boom* dos preços das *commodities*, até 2008 (quando do estouro da bolha financeira mundial os preços das *commodities* despencaram e só retomaram nova escalada entre 2009 e 2011, a partir de quando passam a cair definitivamente), investidores internacionais aplicaram fortemente na BM&FBovespa (REZENDE, 2016), o que fez o preço do real frente ao dólar subir e realimentar a redução dos custos das empresas, tanto com dívidas dolarizadas quanto com matérias-primas. As empresas passam a se financiar sobre os altos preços de seus ativos, num processo que se realimenta até o estouro da bolha financeira e das *commodities*, em 2008.<sup>7</sup> A Cosan figurou como uma das empresas centrais neste processo:

---

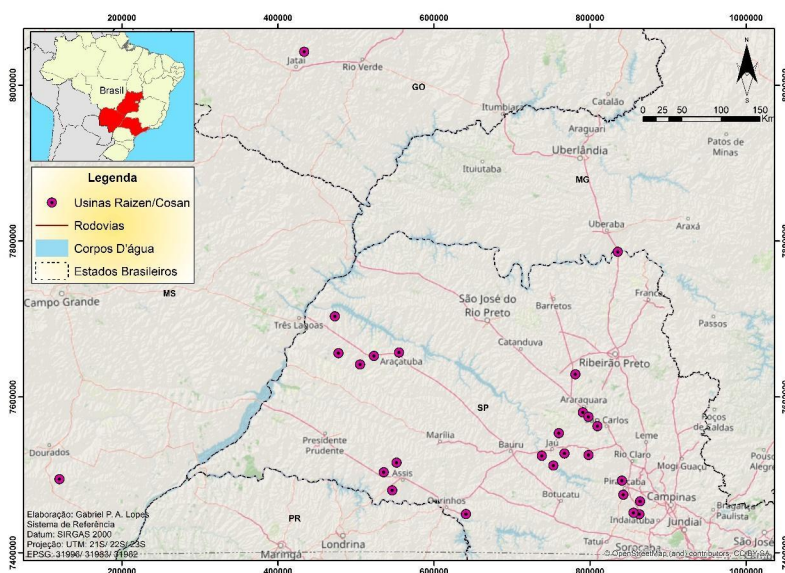
<sup>6</sup> É no bojo de tal processo que, a partir de 2001, a Cosan adquire as usinas Gaza, em Andradina (SP); e Univalem, no município de Valparaíso (SP). A efetivação destes empreendimentos apenas ocorreu por meio do aporte de capitais franceses das empresas Tereos e Sucden, que resultou na criação da FBA (Franco Brasileira Açúcar e Álcool). Vale ressaltar, também, que em 2005 a totalidade do capital da FBA passou para o controle exclusivo do grupo Cosan. Neste mesmo ano, a Cosan se torna o primeiro grupo do agronegócio a abrir capital em bolsa no mundo, com seu IPO no mercado de ações da Bovespa.

<sup>7</sup> Vale a ressalva de que a possibilidade de produção de etanol por parte das usinas, que podiam decidir privilegiar ou etanol ou açúcar, a depender apenas de uma estratégia econômica, serviu apenas como mais uma promessa de expansão futura a sustentar a aquisição de créditos que financiassem tais expansões, as quais se entrelaçavam com a subida dos preços das ações das diversas empresas do setor que passaram a abrir capital em bolsa a partir de 2005. Por sua vez, porém, o etanol não se tornou uma *commodity*, apesar das promessas quanto a isso. O mesmo não apresentou volume de comércio internacional suficiente para sustentar a emissão de derivativos relacionados a ele, a fim de garantir a flutuação fictícia de seus preços. Em razão disso, o etanol estava apenas indiretamente “*commoditizado*” em relação ao açúcar e à gasolina, já que o consumo do etanol apenas é economicamente interessante se seu preço estiver menor do que 70% do preço da gasolina, em razão do diferencial da produtividade entre ambos (PITTA, 2016, p. 24, nota 7). Assim, a queda dos preços do açúcar nos mercados de futuros de *commodities*, a partir de 2011, atingiu em cheio o agronegócio sucroenergético dependente da ficcionalização de sua reprodução, apresentando uma crise econômica que vigora até hoje e que é reconhecida de forma hegemônica por aqueles que participam deste setor da economia nacional.

Um grupo como a Cosan S/A, como vimos, abre seu capital em bolsa. Este capital a juros pode ser investido na compra de terras, na construção de usinas, na mecanização de sua colheita de cana, em suma, no aumento de sua produção de cana-de-açúcar (ver MOREIRA, 2013). Tal capital funciona como capital a juros, ou seja, ele deve ser remunerado no futuro. Terras, cana, açúcar e etanol podem ser utilizados como hipotecas e penhores para realizar novos endividamentos, que poderão potencialmente remunerar os acionistas da empresa. A subida dos preços das duplicatas destas mercadorias (títulos de propriedades) influencia o processo de forma direta. Como vimos, também, maiores dívidas podem ser feitas sobre promessas de ampliação futura da produção de dado grupo, a fim de pagar as dívidas anteriores, o que promove nova aquisição de maquinário, terras, a subida do preço destes e a continuidade determinada criticamente da expansão. No caso da Cosan S/A, após tal movimento de ampliação de seu endividamento – expansão – maior endividamento, parte de seu capital acionário foi adquirido pela Shell S/A, retroalimentando o processo de subida dos preços de suas ações e a passagem D – D' D' (PITTA, 2016, p. 126).

Ao fim de tal processo, a Cosan possuía 26 unidades produtivas no Centro-Sul do país, como indicado no Mapa 1 abaixo, algumas inclusive paralisadas ou desativadas após a queda dos preços do açúcar e a crise econômica brasileira recente, a partir de 2012/2013<sup>8</sup>. Diversos dos grupos detentores das usinas incorporadas não haviam acompanhado a “corrida” pela subida dos preços do açúcar, sendo a Cosan a principal empresa a adquirir unidades falidas ou em recuperação judicial a preços relativamente baixos.

**Mapa 1: Localização das usinas do grupo Raizen (2020).**



<sup>8</sup> A partir de 2005 foram incorporadas pela Cosan as usinas Destivale, situada em Araçatuba (SP); Mundial, instalada em Mirandópolis (SP); Bonfim, em Guariba (SP); Tamoio, no município de Araraquara (SP); e Bom Retiro, pertencente ao município de Capivari (SP). Após a consolidação das atividades no estado de São Paulo, a Cosan passou a realizar um avanço territorial para o Centro-Oeste do Brasil. A partir de 2006, o foco passou a ser a construção de usinas em Mato Grosso do Sul e Goiás, nos municípios de Caarapó (MS) e Jataí (GO), respectivamente.

Um exemplo ocorreu na aquisição, em 2017, das usinas Santa Cândida, em Bocaina (SP), e Paraíso, em Brotas (SP), ambas pertencentes ao Grupo Tonon e administradas pelo Fundo de Investimento em Participações (FIP) Terra Viva. Tal fundo havia adquirido tais usinas em 2007/2008, com a intenção de rolar suas dívidas, operar as usinas e abrir o capital das mesmas em bolsa a fim de realizar ganho de capital, ou seja, lucrar com a diferença de preço pelo qual adquiriu as usinas e pelo qual as vendeu. Porém, em razão do estouro da bolha das *commodities*, tais usinas decretaram recuperação judicial (PITTA, 2016), sendo então vendidas à Raízen em setembro de 2017 (RAÍZEN, 2017), que as adquiriu com o intuito de inflar seus ativos financeiros e reduzir seus custos de produção. Um mês depois, em outubro de 2017 (USINAS, 2019), a Raízen paralisaria a produção da Usina Bom Retiro, localizada em Capivari (SP), sob a justificativa de que necessitava otimizar sua produção e produtividade, mas não reduziria a quantidade de cana plantada e processada. Para nós, isso diz respeito ao controle monopolístico do território, a partir da produção e do fornecimento de cana-de-açúcar, a ponto de ao mesmo tempo adquirir novas unidades processadoras e paralisar outras.

A centralização de capital se expressa, portanto, numa expansão territorial, mas procuramos relacionar a particularidade desse movimento de uma empresa específica ao processo mais amplo de inflação e deflação de ativos financeiros atrelados à bolha das *commodities*. Resta aprofundar na questão de como a Cosan se diferenciou daquelas empresas que faliram a partir do estouro da bolha.

### **A fusão com a Shell criando a Raízen e a violência da centralização dos capitais**

Com o estouro da bolha financeira do capitalismo mundial, a partir de 2007/2008, diversas foram as agroindústrias a experimentar a bancarrota ou declarar recuperação judicial (PITTA, 2016). No auge dos preços das *commodities*, diversas delas adquiriram créditos sobre os preços de seus ativos, principalmente o do açúcar, e promoveram expansão em produção, produtividade e área com cana-de-açúcar. Tais créditos, em grande parte, foram realizados majoritariamente em dólar, sobre promessas de exportações futuras. Quando do estouro da bolha, os preços das *commodities* também despencaram, revelando a corrida dos investidores financeiros por ativos considerados “seguros”, como os títulos do tesouro dos EUA, apesar de ter sido ali o epicentro da crise. Quando o preço do dólar em relação ao real disparou, o preço das *commodities* caiu e as taxas de juros para os endividados subiram, diversas das empresas que aparentavam certa “saúde” financeira

foram à falência, pois não conseguiram mais simular acumulação de capital, por meio de criação de capital fictício.

Por sua vez, algumas empresas, como é o caso do grupo Cosan, lograram, no bojo deste processo, realizar a aquisição de novos aportes ou investimentos que simularam sua reprodução, apesar do momento em questão. No caso do grupo Cosan, foi a fusão de seu braço de produção de cana, açúcar e etanol com a empresa Shell que permitiu tal desdobramento, justamente a partir de 2008, com efetiva consolidação do negócio em 2011, quando surgiu a Raízen.

A corporação Raízen resulta da associação de parte da *holding* Cosan com a petroleira holandesa Royal Dutch Shell. A constituição da empresa significou a maior transação da história da agroindústria canavieira brasileira e apresentou, inclusive, como um dos seus principais objetivos, alavancar o etanol à condição de *commodity* internacional, o que, como vimos, não se realizou. Na safra de 2010/2011, a Raízen exportou etanol para Holanda, Finlândia, Suíça, Japão, Argentina e Austrália. Além disso, em 2011, imediatamente antes da queda dos preços do açúcar nos mercados financeiros internacionais (uma das primeiras *commodities* a apresentar tal queda), apareceu como uma das cinco maiores empresas do país, com valor de mercado estimado em US\$ 20 bilhões. A corporação era então responsável por uma produção anual de 2,2 bilhões de litros de etanol e 4 milhões de toneladas de açúcar. A estratégia de expansão da empresa já visava também naquele momento aumentar a produção anual de etanol de 2,2 bilhões de litros para 5 bilhões de litros (PITTA, XAVIER, MENDONÇA, 2011, p. 6-7).

Importa ressaltarmos que o valor total da fusão foi de aproximadamente US\$ 4,925 bilhões por parte de cada empresa, calculando aí os ativos com que compuseram o negócio. Para além disso, também importa o destaque de que a própria Shell injetou aproximadamente US\$ 1,6 bilhão no negócio, em “dinheiro vivo”, cobrindo basicamente o montante total de dívida que a Cosan apresentava e que foi também incorporado na *joint venture*. A Shell acabava por permitir que a Cosan sanasse seus balanços financeiros com um aporte em dinheiro, o que fomentou a continuidade da estratégia da empresa em expandir sua produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, por meio da expansão em área e do aumento da produtividade, mesmo em um momento de crise do agronegócio sucroenergético e da economia brasileira como um todo. Veja-se a seguir um panorama da fusão:

**Figura 2: Panorama da fusão Cosan-Shell (2008).**

<b>Ativos disponibilizados pela Cosan</b>	<b>Ativos disponibilizados pela Shell</b>
<b>Total disponibilizado US\$ 4,925 bilhões</b>	<b>Total disponibilizado US\$ 4,925 bilhões</b>
Ativos em açúcar e etanol: 7 plantas de co-geração de energia existentes, 2 em	Contribuição em dinheiro de US\$ 1,625 bilhão

construção e 6 a serem construídas nos próximos 3 a 4 anos	
Ativos derivados (downstream): 1.647 unidades	Ativos derivados (downstream): 2.775 unidades
Participação na Uniduto	Negócio em combustível para aviação no Brasil
Endividamento líquido relacionado aos ativos disponibilizados: US\$ 2,524 bilhões	Ativos na tecnologia 2G
Todas as usinas de açúcar e etanol	Mecanismos de remuneração (earn-out), que podem resultar em futura contribuição monetária, estimada pela Cosan em US\$ 300 milhões
US\$ 25 milhões em terras	
<b>Ativos não disponibilizados pela Cosan</b>	<b>Ativos não disponibilizados pela Shell</b>
Produção e comercialização de seus negócios com lubrificantes	Negócios em exploração e produção
Negócios em logística de açúcar conduzidos pela Rumo	Negócios em gás e energia
Participação na Radar (negócios em prospecção e desenvolvimento fundiários)	Produção e comercialização de seus negócios com lubrificantes
Futuros ativos em co-geração de energia	Negócios da Shell com trading
Marcas de venda de açúcar (União e Da Barra)	Marca Shell

Fonte: Almeida Filho (2013, p. 367) Org.: os autores

No atual cenário econômico brasileiro e mundial, a simulação de acumulação por parte das empresas depende da criação de capital fictício por meio da inflação de títulos de propriedade, o que leva à formação de bolhas financeiras. Em um cenário de deflação de ativos, como é o caso para a economia brasileira, desde 2012/2013 (REZENDE, 2016), uma empresa, grupo ou corporação deve tentar realizar inflação de seus títulos de propriedade e promoverá, para tanto, a diversificação de seus negócios, a partir da extrema mobilidade de seus capitais, assim como por meio da promessa de expansão de suas produções e redução de custos, o que realimenta a possibilidade de inflação de seus ativos e reinicia nova promessa de expansão. Belluzzo destaca, acerca de tal momento da reprodução do capital financeiro, que:

O que distingue esta forma de capital financeiro das que a precederam historicamente é o caráter universal e permanente dos processos especulativos e de criação contábil de capital fictício, práticas ocasionais e “anormais” na etapa anterior do capitalismo disperso. A natureza intrinsecamente especulativa da gestão empresarial, nesta modalidade de “capitalismo moderno”, traduz-se pela importância crescente das práticas destinadas a ampliar “ficticiamente” o valor do capital existente, tornando necessária a constituição de um enorme e complexo aparato financeiro. [...] a estimativa real do valor dos ativos é efetivamente calculada a partir de sua capacidade de ganhos. [...] Esta, por sua vez, só pode ser estimada como o valor capitalizado da totalidade dos rendimentos futuros esperados, menos o custo de reposição dos ativos tangíveis. [...] Desta forma, a capacidade putativa de ganho de uma grande companhia, independentemente de como seja financiada, repousa fundamentalmente no controle dos mercados, na força de suas armas de concorrência e é, portanto, mesmo amparada em métodos avançados de produção, altamente especulativa em seu valor presente (BELLUZZO, 2009, p. 41-42).

Visando, assim, à capitalização de seus ganhos, a fim de inflar o preço de seus ativos, concomitantemente à necessidade de ampliação de seus negócios na tentativa de fazer valer as promessas de ganhos futuros, a Cosan/Raízen veio promovendo, desde os anos 1980, com inflexão nas duas últimas décadas, certa monopolização do agronegócio sucroenergético brasileiro.

A aquisição de empresas e a incorporação de suas terras são entendidas por fornecedores de cana-de-açúcar, assim como demais usinas, a concorrerem com a Raízen no mercado, como um fator preponderante do controle que esta vem obtendo, mas a reconhecida agressividade das práticas do grupo também concerne às suas formas de redução de custos operacionais, pressionando para baixo os preços pagos a produtores de cana por seu fornecimento, bem como nos arrendamentos de terras para a produção própria do grupo, e chegando aos seus trabalhadores, como mostram denúncias recentes de descumprimento de legislações trabalhistas e também ambientais.

Segundo o Ministério Público Federal, a Cosan/Shell arrenda a fazenda Santa Claudina<sup>9</sup>, que incide na terra indígena Guyaroca, em Caarapó. A área já passou pelos estudos de identificação e delimitação da Fundação Nacional do Índio (Funai). A empresa igualmente explorou, sem autorização da comunidade, cascalho pertencente à Terra Indígena Taquara para utilização nas estradas por onde trafegam os caminhões da usina (PITTA, XAVIER, MENDONÇA, 2012, p.23).

Vale lembrar que ocorria simultaneamente à época a mecanização do corte de cana-de-açúcar, com a eliminação quase absoluta de postos de trabalho do processo produtivo, o que levou a um aprofundamento da exploração do trabalho dos cortadores que ainda não haviam sido eliminados, tendo que se submeter a condições cada vez piores, cortando cada vez mais toneladas de cana por dia e recebendo cada vez menos por tonelada de cana cortada. Reportagem do *Jornal de Araraquara* relatou, porém, a superexploração do trabalho *também* sobre trabalhadores da frente mecanizada de colheita de cana do grupo Raízen, demonstrando que tal prática abusiva não dizia respeito a uma divisão entre trabalhadores braçais ou não, mas à violência do momento presente de reprodução da sociabilidade capitalista:

A fiscalização flagrou uma fraude exercida pela Raízen, com o claro objetivo de reduzir os custos decorrentes do processo de produção. Ao menos dez trabalhadores contratados pela terceirizada Marca de Ibaté tinham vínculo empregatício com a Raízen. O contrato deles foi encerrado com a então Cosan no dia 28 de julho de 2011, e eles foram recontratados pela terceira

---

<sup>9</sup> A fazenda Santa Claudina produzia cana-de-açúcar para abastecer a Usina Nova América, também em Caarapó (MS), incorporada pelo grupo Cosan em 2009, após decretar falência em razão da crise de 2008.

no dia seguinte, 29 de julho, para exercer as mesmas funções. A comparação de holerites permite aferir que a terceirização dá-se com precarização, eis que os salários dos trabalhadores registrados pela empresa terceirizada correspondem, em média, a apenas 63% do salário pago pela Raízen. Em razão da terceirização, os trabalhadores antes contratados diretamente deixaram de receber seguro de vida e adicional de produção, concedidos aos operadores de máquina da usina. Além disso, na mesma frente de trabalho foram encontrados trabalhadores terceirizados, submetidos a condições precárias e com salário menor. [...] A maior evidência da precarização decorrente da terceirização se reflete nas condições de trabalho dos tratoristas. O relatório fiscal afirma que eles não dispõem de banheiros, local para refeição, abrigo contra intempéries (como sol e chuva), água potável/fresca e materiais de primeiros socorros essenciais em caso de acidentes. Os fiscais ainda apontaram para o excesso de jornada dos terceirizados. Há relatos de trabalhadores que ficam mais de dez dias sem descanso semanal. A legislação obriga a concessão de ao menos 24 horas consecutivas de repouso durante a semana (RAÍZEN, 2012).

Tais casos corroboram a tese de que, mesmo com a prática comum no agronegócio sucroenergético de superexploração do trabalho, não era possível a efetiva reprodução ampliada desses capitais, necessitando mesmo assim realizar simulação de reprodução por meio da ficcionalização de seus negócios, o que não deixava de implicar em expansão de área, produção, produtividade de tal agroindústria em geral, que ainda assim entra em crise a partir de 2011. Afinal, a falência de muitas empresas e usinas, o endividamento reiterado da Cosan, quando da fusão da Shell, e a centralidade nos negócios adquirida recentemente da inflação de suas ações possibilitam colocar em questão a suficiência dessas práticas.

Prova disso está na recompra feita pela Cosan de suas próprias ações, a fim de garantir a subida dos preços das mesmas, prática comum entre corporações e grupos financeiros a partir da crise de 2008, em razão da drástica queda nos preços dos ativos do capital ao nível mundial. Desde 2017,<sup>10</sup> a Cosan realiza periodicamente a aquisição massiva de suas ações, num processo último e desesperado de criação de capital fictício e simulação de reprodução ampliada que se realimenta. Desta forma, uma empresa pode adquirir dívidas sobre os preços de suas ações, recomprá-las, fazer os preços das mesmas subirem e adquirir novas dívidas, em um processo que promove a ampliação da lacuna entre os preços de seus ativos e a exploração de trabalho para valorização do valor, os quais, teoricamente, deveriam substancializar a acumulação de capital das empresas, mas que se encontra em processo acentuado de queda, fomentado pelos próprios processos de expansão via automação e desenvolvimento das forças produtivas do capital em geral e do agronegócio sucroenergético brasileiro em particular.

Para finalizarmos, reiterando os aspectos violentos da reprodução do capital fictício, apresentamos o caso paradigmático da empresa Radar, uma imobiliária agrícola criada pela

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, site da própria empresa e seu plano de recompra em: <http://ri.cosanlimited.com/ptb/oferta-de-recompra-de-acoas/2018>. Acesso em: 13 fev. 2020.

Cosan, a fim de obter ganhos com a comercialização de terras, que passam a funcionar como um ativo financeiro, um negócio promotor de “grilagem” (no bojo dos processos reconhecidos atualmente por *land grabbings* ou *acaparamiento de tierras*), destruição da natureza e expropriações violentas.

### **O braço imobiliário da Cosan na empresa Radar e a busca pela “concretização” do capital fictício**

Argumentamos aqui que a reprodução crítica do capital atualmente depende de processos de inflação dos ativos financeiros (ou títulos de propriedade) por meio da criação de capital fictício, a fim de simular acumulação. O *boom* dos preços das *commodities* e a consequente ampliação em área, produção e produtividade, incluindo aqui o agronegócio sucroenergético, moveram um processo de aumento do próprio preço da terra agrícola, em razão da demanda pela mesma. Entretanto, a partir de 2011, com o início da queda nos preços dos derivativos de *commodities*, pudemos observar que o preço da terra agrícola no Brasil não declina, mas, pelo contrário, continua a subir.

Na pesquisa de Pitta e Mendonça (2018), constatou-se que algumas empresas provenientes do agronegócio, na tentativa de migrar investimentos e tentar contornar os prejuízos da deflação dos preços das *commodities*, vinham se associando a fundos de pensão e de investimentos internacionais para investir em terra como ativo financeiro.<sup>11</sup> O grupo Cosan, enquanto uma *holding*, constituiu uma destas imobiliárias de terras agrícolas, a Radar S/A, uma *joint venture* entre este grupo e o fundo de pensão dos professores dos EUA, o TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association), o qual detém aproximadamente US\$ 1 trilhão de patrimônio (PITTA, MENDONÇA, 2018) e investe uma parte deste em terras agrícolas no Brasil.

Criada em 2008, a Radar S/A tem o objetivo estrito de comercialização de terras agrícolas e apresentava inicialmente seu capital social compartilhado, com aproximadamente 18,9% pertencentes à Cosan S.A e 81,1% ao fundo TIAA. Nos seus primeiros três anos de vida, a empresa já investira 400 milhões de dólares, administrando em 2012 cerca de 106 mil hectares de terras (RADAR, 2012).

A empresa Radar S/A é, de certa forma, o ápice do investimento em terras agrícolas como ativo financeiro. Primeiro porque seu principal lócus de investimento foi desde seu início a fronteira agrícola do cerrado brasileiro, o Matopiba (acrônimo entre os

---

<sup>11</sup> Desta forma, o que tais empresas buscavam era o ganho de capital entre o baixo preço de compra de terras agrícolas e sua venda a preços superiores, preços estes que não se relacionavam com a renda obtida na produção de uma dada mercadoria naquela terra (inclusive, pois, os preços para tais produções, além de desde os anos 1970 estarem ficcionalizados em razão da crise fundamental do capital, vinham caindo desde 2011), mas simplesmente com a continuidade da demanda por tais mercadorias, o que sustentava a alta de seus preços, pelo menos até 2015/2016 (PITTA, MENDONÇA, 2018).



estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), de predominância da produção de soja, *commodity* que não tem nada a ver com os negócios originais nem da Cosan, nem do TIAA. O interesse nesta região, por sua vez, não estava na produção desta *commodity*, mas na possibilidade de abertura de novas fazendas por meio do desmatamento direto do Cerrado com a utilização de tratores e correntões, através de grilagens e expropriações violentas sobre as comunidades que ali historicamente residem, o que torna o custo inicial de aquisição da fazenda muito baixo e seu potencial de subida de preço exponencial.

Oficialmente, a TIAA reporta deter 58 propriedades rurais no Brasil. Porém, de suas 15 propriedades na região do Matopiba, a mesma declara possuir 77.271 hectares, sendo que, a partir de dados do Incra, Faggin, Rijk e Piotrowski (2020) concluíram que a totalidade de terras da TIAA registradas no Incra computam 111.703 ha, o que revela uma discrepância enorme nos dados apresentados.<sup>12</sup> Não há, assim, números oficiais suficientes capazes de dar conta do tamanho desta empresa, que logra realizar seus ganhos financeiros nos negócios com terras justamente a partir da capitalização da renda da terra ficcionalizada, expediente destacado por Belluzzo (2009) no excerto por nós supracitado, o qual explicita a imbricada relação entre monopolização do capital e financeirização para a realização dos ganhos fictícios de empresas no capitalismo contemporâneo. Os ganhos da Radar são computados nos relatórios para acionistas da própria Cosan (pelo menos até 2018), influenciando, ainda, na movimentação dos preços de suas ações na BM&FBovespa.

A Cosan realizou seu “ganho de fundador” ao vender praticamente a totalidade de sua participação na Radar ao TIAA, por R\$ 1,04 bilhão, em 2016 (AUTORES, XXXX), ficando apenas com 3% da mesma em seu portfólio, a fim de que a empresa não pudesse, a partir de então, ser enquadrada nas leis que limitam a aquisição de terras por estrangeiros no país. Rendas fundiárias são, assim, resultado da especulação sobre os diferentes resultados produzidos pela sua necessidade como meio de produção não produzido. No entanto, buscamos aqui entrelaçar o caso particular da Cosan/Raízen/Radar com o movimento de totalidade que implica na superoferta de capitais em busca de oportunidades de valorização, mesmo que sejam ilegais e ou arriscadas. Desse modo, o que está novamente em questão é a possibilidade das empresas simularem sua reprodução fictícia por meio da inflação dos seus títulos de propriedade de ações em bolsas de valores, que se referem também à constituição patrimonial como ativos financeiros que conferem aparência de “concretude” aos seus portfólios. A autonomização do investimento em terras em relação ao investimento na produção direta de *commodities*, especialmente a partir do estouro da

---

<sup>12</sup> Diversas são as pesquisas, como, por exemplo, a de Pitta, Boechat e Mendonça (2017), que reiteram tal processo de apropriação de terras na região, onde a Radar possui diversas fazendas. O principal parceiro comercial da Radar no Matopiba foi Euclides de Carli, conhecido como um dos principais grileiros da região, que enfrentava diversas acusações na justiça, até seu falecimento em 2019 (FAGGIN, RIJK, PIOTROWSKI, 2020).

bolha em 2011/12, sugere uma tentativa desesperada de seguir reiterando a reprodução do capital fictício e de suas promessas. Afinal, a sobreacumulação de capital fictício precisa minimamente reiterar o espetáculo de sua aparência de acumulação.

### Considerações finais

Os dados e números da Cosan e a diversidade de seus negócios podem aparentar um grupo facilmente capaz de realizar acumulação de capital. Esta, porém, como apresentamos no presente texto, apenas pode ocorrer por meio de exploração suficiente de trabalho produtivo capaz de valorizar o valor, numa relação de contradição entre a materialidade das mercadorias e o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção a ser realizada. Os excedentes que fluem do capital fictício para o que parecem ser mercados reais de produtos e de terras sem mobilizar trabalho expressam o fetiche de capital, que vai sendo desmascarado na prática.<sup>13</sup>

Por meio dos Ometto, fundadores do grupo Cosan na década de 1990, tentamos demonstrar como a trajetória da família expressava particularmente os diferentes momentos do *padrão de territorialidade* do Estado nacional no Brasil, da passagem do momento regional do colonato cafeeiro paulista para o de acumulação de capital com exploração de trabalho assalariado na produção canieira brasileira, até chegar à financeirização do capital do agronegócio sucroenergético. A partir de então, observamos seus processos de automação produtiva e necessidade de ficcionalização de seus negócios para a simulação de reprodução ampliada em razão da crise fundamental do capital, decorrente da expulsão do trabalho vivo do processo produtivo.

O agronegócio sucroenergético brasileiro foi parte importante da constituição de tal crise no Brasil, no que diz respeito à sua inserção econômica, e se revela imanentemente vinculado ao desdobramento histórico da contradição basilar da sociedade capitalista, com seu desenvolvimento das forças produtivas que conduziram ao limite da automação do corte de cana nos anos recentes e à necessária vinculação de sua reprodução à bolha das *commodities* do século XXI.

As divergências de Rubens Ometto com seus familiares e acionistas na Cosan no que diz respeito às estratégias da gestão empresarial, a partir dos anos 1980, prevalecendo o engajamento daquele em expedientes financeiros, colocaram a Cosan como caso paradigmático para a inserção do agronegócio sucroenergético brasileiro no contexto

---

<sup>13</sup> O *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1985) impõe uma consciência fisiocrática que move os sujeitos envolvidos no momento presente da sociabilidade da mercadoria e faz vislumbrar nos enormes tamanhos apresentados pelas transnacionais do capital mundial sua capacidade de acumulação, o que, para nós, expressa, em verdade, o tamanho da crise do capital que nos domina e nos move em direção a processos de superfluidade em razão do desemprego estrutural, da barbárie e do asselvajamento social, que deveria nos mover a refletir acerca de novas e distintas possibilidades críticas da sociabilidade capitalista em processo de colapso.

contemporâneo do capitalismo mundial.

A *profissionalização* da empresa acaba por revelar o caráter impessoal do próprio capital se formando, que deve ser pensado como sujeito automático que é personificado por indivíduos que estão submetidos à sua lógica de fazer dinheiro se transformar em mais-dinheiro. No entanto, esta condição personificada não é em nada neutra e passa a se explicar ora como vontade do sujeito, ora como competência técnica. O sujeito proprietário tem o poder de eleger a si mesmo como gestor, abrindo disputas no interior das famílias proprietárias difíceis de disfarçar, mas fáceis de justificar como modernização.

Ao mesmo tempo, é interessante a normalidade com que o empresário trata seus familiares como meros acionistas, de modo que a família finalmente se revela como o que esteve sendo, ao longo da trajetória dos Omettos e de suas parcerias com outras famílias de imigrantes italianos: como *sociedade de ações*, na qual as alíquotas de capital são congregadas. Essa congregação é uma faceta importante da *centralização de capitais* (MARX, 1985, Livro I, cap. 23). Ela será desdobrada, nesse último período de que estávamos tratando, num mercado de ações, centralizado na Bolsa de Valores. Desse modo, o próprio linguajar de Rubens Ometto o distancia de seus “colegas usineiros” e o aproxima de um agente do mercado financeiro, ainda que prefira se dizer da indústria e do trabalho competente...

Aparentemente, poder-se-ia apreender que a Cosan se reproduz ampliadamente por apresentar praticamente todas as características “desejáveis” a uma corporação transnacional: capitais abertos em bolsa, governança corporativa, flexibilidade produtiva, internacionalização, monopolização territorial e mercantil, diversificação de negócios, práticas de superexploração do trabalho e de *land grabbing*. Entretanto, cabe aqui destacar que, mesmo através de todos estes expedientes, tal empresa não logra se reproduzir ampliadamente, a não ser que simule tal reprodução por meio da ficcionalização do capital, assim como tentaram as empresas do agronegócio sucroenergético que apresentaram falência ou recuperação judicial quando do estouro da bolha das *commodities*, algumas das quais até mesmo incorporadas pela própria Raízen, a fim de tentar realimentar a *simulação fictícia* (KURZ, 2014) de sua reprodução.

Assim, como esperamos ter demonstrado, a expansão do agronegócio sucroenergético no século XXI, apesar de ter apresentado enorme ampliação da área plantada, produção e produtividade de suas lavouras, conforme apresentou desenvolvimento das forças produtivas e expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, deu-se como decorrência e reiteração da ficcionalização da acumulação de capital, articulando-se a estratégias de simulação de reprodução.

## Referências

ALMEIDA, Luciana; MACHADO FILHO, Cláudio. Sharing competences in strategic alliances: case study of the Cosan and Shell biofuel venture. **Revista Administração**, São Paulo, v. 48, n.2, p.359-374, abr./maio/jun., 2013.

BACCARIN, José G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira**. Brasília: Editora Unesp, 2005.

BELLUZZO, Luiz G. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. Campinas: Editora UNESP, 2009.

BOECHAT, Cássio A. **Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista**. Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOECHAT, Cássio A.; LEITE, Ana Carolina G.; TOLEDO, Carlos de Almeida. Archéologie de la question agraire du Brésil: du *labor grabbing* au *land grabbing*. **EchoGéo Revue**, v. 41, p. 1-18, 2017.

BOECHAT, Cássio A.; PITTA, Fábio T.; TOLEDO, Carlos de Almeida. Pioneiros do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Revista NERA**, v. 47, n. 22, p. 87-122, 2019.

BRASIL. **Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 1990.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAGGIN, Joana; RIJK, Gerard; PIOTROWSKU, Matt. Fundo de Investimento em Terras Agrícolas da TIAA associado a fogo, conflitos e legados de desmatamento no Brasil. **Chain Reaction Research**. Relatório de janeiro de 2020. Disponível em: [https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2020/01/TIAA\\_Jan2020\\_Portuguese.pdf](https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2020/01/TIAA_Jan2020_Portuguese.pdf)

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização social do trabalho no período colonial". In: **Trabalho escravo, economia e sociedade**, editado por Pinheiro, Paulo Sergio, p. 143-192. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GORDINHO, Margarida C. **Do álcool ao etanol: uma trajetória única**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

GORDINHO, Margarida C. **Os Ometto**. São Paulo: G. H. Knapp, 1986.

HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história e de sua crítica. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 55-67, 2014.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. **Geografares**, v. 28, p. 55-115, 2019.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

LEAL, Hansi Miller Q. A família Ometto: breve análise da construção corporativo-territorial do grupo Cosan no interior paulista. **Geografia em ação**, v. 4, n.1, p. 29-42, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1986.

MENDONÇA, Juliana Aquino. **Análise da relevância da agroindústria canavieira no município de Motuca**: estudo comparativo da receita corrente e dos dados socioeconômicos antes e depois do fechamento da Usina Santa Luiza. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, 2019.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOREIRA, Lourenço Passeri L. da Silva. **A corporação Cosan e a conquista de um território em torno de sua usina de etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)**. Dissertação de mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec. 2005.

OMETTO, Rubens. Entrevista. **Série Grandes Líderes**. Publicado por Exame TV. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=h8CR\\_FRZhaU](https://www.youtube.com/watch?v=h8CR_FRZhaU). Acesso em: 6 fev. 2020

PITTA, Fábio T. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

PITTA, Fábio. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

PITTA, Fábio T.; BOECHAT, Cássio A.; TOLEDO, Carlos de A. A territorialização do capital da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975 - 1990). **Continentes**, v. 5, n. 9, p. 25-56, 2016.

PITTA, Fábio T.; BOECHAT, Cássio A.; MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. International financial capital in the Brazilian land market. **Latin American Perspectives (LAPs)**, v. 45, n. 5, p. 88-101, 2018.

PITTA, Fábio T.; XAVIER, Vinicius Xavier; MENDONÇA, Maria Luisa. **Monopólio da**

**Produção de etanol no Brasil:** A fusão Cosan – Shell. São Paulo: Outras Expressões / Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

PITTA, Fábio T.; XAVIER, Vinicius Xavier; MENDONÇA, Maria Luisa. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial.** São Paulo: Outras Expressões / Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** Colônia. São Paulo: PubliFolha, 2000.

PRADO, Marcus Lázaro. **Usinas, colônias e famílias:** trajetórias de trabalhadores em uma usina de açúcar (1960-1990). Tese de Doutorado em Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

RADAR. Disponível em: [http://cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=35726](http://cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=35726). Consultada em 2012.

RAÍZEN (antiga Cosan) é processada pelo MPT. **Jornal de Araraquara**, Araraquara, 21 abr. 2012. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/3/43091>. Acesso em: 6 jul. 2012.

RAÍZEN conclui aquisição de usinas de Santa Cândida e Paraíso, do Grupo Tonon. **IstoÉ Dinheiro**, 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/raizen-conclui-aquisicao-de-usinas-de-santa-candida-e-paraiso-do-grupo-tonon/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RAMOS, Pedro. O uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade. **Anais do Seminário de história do açúcar:** trabalho, população e cotidiano. São Paulo: Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

REZENDE, Felipe. Financial fragility, instability and the Brazilian crisis: a Keynes-Minsky-Godley approach. **Discussion Paper nº 1**, Multidisciplinary Institute for Development and Strategies. Nova York: Hobart and William Smith Colleges, 2016.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura:** homens, mulheres e capital. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOLEDO, Carlos de A. As fronteiras da territorialização do capital. In: **A necessidade da geografia**, editado por CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia, p. 79-92. São Paulo: Contexto, 2019.

USINAS: Raízen anuncia suspensão de uma de suas unidades. **RPANEWS**, 3 out. 2019. Disponível em: <https://revistarpanews.com.br/usinas-raizen-anuncia-suspensao-de-uma-de-suas-unidades/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

---

## Sobre os autores

---

**Cássio Arruda Boechat** – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é

professor na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-4280-6347>

---

**Fábio Teixeira Pitta** – Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP). Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Freie Universität Berlin, FU, Alemanha. Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-5460-9669>.

---

**Carlos de Almeida Toledo** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-3617-1026>.

---

### **Como citar este artigo**

---

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Padrão de territorialidade do Estado nacional e autonomização do capital no agronegócio sucroenergético brasileiro: do patrimônio familiar dos Ometto à profissionalização e financeirização da Cosan. **Revista NERA**, v. 25, n. 63, p. 67-97, mai.-ago., 2022.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. De modo semelhante ao desenvolvimento teórico-conceitual, a aquisição de dados e sua interpretação e análise e os demais procedimentos técnicos foram desenvolvidos em grupo por todos os três autores.

Recebido para publicação em 10 de junho de 2021.

Aceito a publicação em 17 de agosto de 2021.

---